

O cardápio de opções para o Governo Itamar

ALTERNATIVA

Deixar como está



Mercado livre, com alguns preços sendo negociados através das câmaras setoriais. Juros altos. Política salarial de antecipações a cada dois meses. O Governo aguarda os resultados da reforma fiscal.

Controle de preços tradicional



Retorno às antigas estruturas de controle, como o extinto Conselho Interministerial de Preços (CIP), através do qual seriam decididos os aumentos de preços de oligopólios, monopólios e cartéis.

Tabelamento da cesta básica



O Governo escolheria alguns produtos básicos — nas áreas de alimentos e de material de higiene e limpeza — que teriam seus preços ao consumidor tabelados por região ou estado. Esse sistema reduz o lucro do comerciante.

Prefixação



Representaria a volta de um indexador oficial. Fica estabelecido que preços, salários e câmbio são reajustados por um índice previamente fixado — com taxa menor que a do mês anterior.

Congelamento



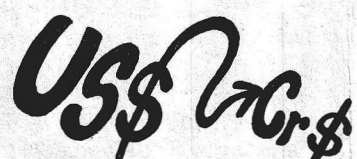
O Governo decide que preços e salários não podem aumentar. Em choques anteriores, foi incluída tabilita de deflação para eliminar a inflação futura embutida em contratos previamente fixados.

Política ortodoxa



Adoção de taxas de juros muito elevadas e acompanhadas de corte radical nos gastos do Governo. Demissão de funcionários públicos, corte de subsídios, incentivos e créditos, além do aumento da carga tributária.

Dolarização à argentina



Criaria uma conversibilidade imediata do dólar para o cruzeiro, que passaria a variar de acordo com a flutuação da moeda americana. O dólar passaria a ser usado no país tal como a moeda nacional.

Dolarização sem conversão



O Governo cria títulos a serem pagos em dólar, se o credor assim o preferir. Não exigiria um nível maior de reservas cambiais.

Calote da dívida pública



O Governo desconsideraria parte de sua dívida junto ao público. Isso seria feito através da redução das aplicações lastreadas em títulos públicos ou do alongamento do perfil da dívida, aumentando o prazo de vencimento dos papéis.

VANTAGENS

A intervenção no sistema de preços, até aqui, é pequena. Com isso, há possibilidade de algum crescimento na produção industrial.

Os setores em que não há concorrência teriam seus aumentos de preços fixados em conjunto com o Governo, ou pelo menos vigiados pelo Governo. Isso contribuiria para reduzir o ritmo de reajustes.

Mantém sob controle os preços de artigos básicos. São produtos cujos aumentos resultam em forte impacto sobre os índices de inflação.

Oferece à economia algum parâmetro de reajuste e contribui para forçar a queda das taxas. Dependia de um acordo com os agentes econômicos: se fosse imposta, precisaria contar com os órgãos de controle, hoje desorganizados.

De imediato, produziria redução significativa das taxas de inflação: em 1986, houve deflação (queda de preços) no mês seguinte à edição do Plano Cruzado. O consumidor ajuda a fiscalizar os preços.

O corte de gastos públicos é fundamental para que se alcance o ajuste fiscal. Com os juros altos, as vendas caem e as remarcações de preços perdem o fôlego.

Após um impacto inicial sobre os preços, a tendência é de estabilização, justamente por causa da indexação a uma moeda forte. Facilita o controle de gastos do Governo, já que a emissão de moedas precisa ser proporcional ao aumento das reservas.

A conversão garantiria maior credibilidade aos títulos do Governo, que se tornariam atraentes, dando meios ao Estado para se financiar. É uma dolarização mais branda.

O alongamento do perfil da dívida é considerado fundamental, devido ao alto custo da rolagem da dívida interna, que é uma das principais causas do desequilíbrio das contas públicas.

DESVANTAGENS

Os juros altos continuam elevando o custo da dívida interna. O Governo não conseguiu encaminhar um ajuste que incluísse corte de gastos significativo. O projeto aprovado permite uma arrecadação maior, mas via criação de novos impostos e aumento da carga tributária. A inflação continua subindo.

Antes, seria preciso reorganizar toda a estrutura: a administração anterior acabou com todo o sistema de memória de preços e de custos destes setores. Mecanismo sujeito à pressão do lobby de produtores e fabricantes.

Se a correção dos preços de tabela não acompanhar as variações no atacado, há risco de desabastecimento e cobrança de ágio.

Experiências anteriores mostraram que a inflação prefixada sempre ficou abaixo da inflação real, provocando, assim, uma grande defasagem na correção monetária.

Instrumento desacreditado e desrespeitado: produz desabastecimento, ágio e deixa o Governo sem credibilidade. Quando termina, provoca aumento da inflação. Engessa a economia.

A escassez de dinheiro limita o consumo e afeta as empresas. Ou seja, é um processo de ajuste mais demorado, que passaria pelo aprofundamento da recessão.

O Brasil não teria reservas cambiais suficientes para garantir a troca de todos os cruzeiros por dólar, em caso de descrédito da política. Segundo especialistas, as reservas deveriam ser de US\$ 40 bilhões (estão em US\$ 19 bilhões).

Não provocaria efeitos imediatos sobre os preços, já que levaria algum tempo até que os títulos públicos se transformassem em referência para o mercado.

Uma medida unilateral, como um eventual calote da dívida, poderia criar um nível insustentável de desconfiança no Governo.